SUMÁRIO

I. Introdução.....	21
II. Análise da Evolução Histórica do Crime de Stalking.....	23
II.1. Origens e Percepção Inicial do Stalking como Fenômeno Social	23
II.2 Primeiros Estudos e Reconhecimento do Stalking como Conduta Perigosa.....	23
II.3. Primeiras Legislações Internacionais: A Tipificação Penal do Stalking nos Estados Unidos e no Reino Unido.....	24
II.4. Expansão do Conceito e Adaptação das Leis ao Cyberstalking.....	25
II.5. O Contexto Brasileiro: Caminho para a Tipificação do Stalking	25
II.6. A Influência Internacional e a Conformidade com os Direitos Humanos.....	27
II.6.1. O Reconhecimento do Stalking como Violação de Direitos Humanos	27
II.6.2. Convenções e Tratados Internacionais que Influenciam o Combate ao Stalking	28
II.6.2.1 Convenção de Belém do Pará (1994)	28
II.6.2.2 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (1979)	28
II.6.2.3 Convenção de Istambul (2011)	29
II.6.2.4 Protocolo de Colaboração Internacional para Cyberstalking	29
II.6.2.5 A Influência de Normas e Políticas da União Europeia.....	30
III. Desafios e Obrigações dos Estados em Conformidade com os Direitos Humanos	31
III.1. Harmonização no Combate ao Stalking	31
a. A Necessidade de Harmonização das Leis sobre Stalking.....	31
b. Desafios da Harmonização das Leis sobre Stalking.....	32
c. Vantagens e Relevância da Harmonização para a Proteção das Vítimas	32
III.2. Capacitação e Treinamento das Autoridades no combate ao Stalking	33
a. Importância do Treinamento Especializado para Autoridades	33
b. Componentes Essenciais de um Programa de Treinamento para o Combate ao Stalking.....	34
b.1. Conhecimento Jurídico e Entendimento das Medidas Protetivas.....	34
b.2. Avaliação de Risco e Perfis de Perseguidores.....	35
b.3. Metodologias de Investigação e Coleta de Provas	35
b.4. Capacitação em Segurança Digital para Combater o Cyberstalking	37
c. Desafios na Capacitação e Treinamento das Autoridades	38

c.1. Escassez de Recursos	38
c.2. Cultura Organizacional e Resistência a Mudanças	39
c.3. Falta de Estrutura para Treinamento Contínuo	40
c.4. Lacunas na Colaboração Interinstitucional	42
c.5. Deficiência de Dados e Pesquisa.....	44
c.6. Sobrecarga de Trabalho e Dificuldade de Acesso ao Treinamento	45
c.7. Falhas na Avaliação e Feedback dos Treinamentos.....	47
c.8. Falta de Incentivos para Capacitação.....	50
c.9. Inexistência de Conteúdo Padronizado.....	52
d. Relevância da Capacitação para a Proteção Eficaz das Vítimas	55
d.1. Recursos para Assistência e Apoio às Vítimas.....	55
d.1.1. Assistência Psicológica e Emocional	55
d.1.2. Orientação e Apoio Jurídico.....	56
d.1.3. Medidas de Proteção e Segurança Pessoal	57
d.1.4. Assistência para Segurança Digital em Casos de Cyberstalking	57
d.1.5. Programas de Reabilitação para Agressores	58
d.1.6. Relevância dos Recursos de Assistência e Apoio para a Recuperação das Vítimas	59
III.3. Relevância da Conformidade com os Direitos Humanos no Combate ao Stalking.....	60
a. Direitos Humanos como Base para a Proteção das Vítimas de Stalking	61
b. Relevância da Conformidade com os Direitos Humanos para a Recuperação das Vítimas	62
III.4. Considerações sobre a Evolução Histórica do Crime de Stalking.....	63
IV. Primeiros Estudos e Reconhecimento do Stalking como Conduta Perigosa.....	65
IV.1. Estudos Pioneiros e Identificação dos Danos Psicológicos	66
IV.2. Estudo dos Efeitos Psicológicos Cumulativos e a Noção de Trauma Complexo... 66	
IV.2.1. Efeitos Psicológicos Cumulativos do Stalking.....	67
IV.2.2. Trauma Complexo: Compreendendo a Resposta Psicológica ao Stalking Contínuo.....	68
IV.2.2.1. Impacto do Trauma Complexo nas Relações e na Vida Cotidiana	69
IV.2.2.2. A Importância de Reconhecer o Trauma Complexo para a Recuperação das Vítimas	71
IV.2.2.3 Os Efeitos Psicológicos Cumulativos e o Trauma Complexo no Stalking.....	72
V. Perfis de Perseguidores: Análise Psicológica e Criminológica	75
V.1. Perseguidores Rejeitados.....	76
V.2. Perseguidores com Motivação por Intimidade	77

V.3. Perseguidores Competentes Socialmente Inadequados	78
V.4. Perseguidores Motivados por Vingança.....	79

VI. Relevância dos Perfis de Perseguidores na Prevenção e Intervenção..... 81

VII. Comportamento do Stalking como Precursor da Violência Física..... 83

VII.1. Estudos Empíricos sobre a Escalada do Stalking para Violência Física	83
VII.1.1. Fatores de Risco Identificados em Estudos Empíricos.....	83
i. Relacionamento Prévio e Rejeição Romântica	83
ii. Duração e Frequência do Comportamento de Stalking	83
iii. Ameaças Prévias e Comportamentos Violentos Anteriores	84
iv. Transtornos Mentais e Transtornos de Personalidade	84
v. Uso de Substâncias Psicoativas	84
vi. Proximidade Física e Acesso à Vítima.....	84
vii. Emprego de Tecnologia para Monitoramento.....	84
VII.2. Padrões de Comportamento e Sinais de Alerta.....	85
i. Intensificação Gradual do Contato e Persistência.....	85
ii. Monitoramento e Vigilância Constantes.....	85
iii. Desapontamentos e Ressentimentos - Manifestações Crescentes de Raiva	86
iv. Comportamentos Ameaçadores e Intimidação Direta	86
v. Tentativas de Isolamento da Vítima.....	86
vi. Obsessão por Acontecimentos e Posses da Vítima	86
vii. Escalada dos Comportamentos de Aproximação Física	86
VII.3. Evidências de Estudos de Casos e Estatísticas sobre Escalada para a Violência Física.....	87
i. Estatísticas sobre Escalada para Violência Física	87
ii. Estudos de Casos: Exemplos de Escalada.....	87
iii. Dados Comparativos sobre Stalkers com Diferentes Perfis	88
iv. Probabilidade de Escalada com Comportamentos de Ameaça Prévia.....	88
v. Taxa de Escalada em Casos com Intervenção Judicial	89
VII.4. Importância dos Estudos Empíricos para a Intervenção e Prevenção	89
VII.5. Mecanismos Psicológicos que Contribuem para a Escalada da Violência.....	90
VII.5.1. Histórico de Violência e Propensão ao Conflito.....	91
VII.5.2. Rejeição Recente e Necessidade de Reafirmação	92
VII.5.3. Ameaças Diretas como Prova de Determinação.....	92
VII.5.4. Sentimento de Humilhação e Busca por Reparação	92
VII.5.5. Despersonalização da Vítima como Objeto de Obsessão	93
VII.5.6. Baixa Resiliência Emocional e Incapacidade de Lidar com Frustrações.....	93
VII.5.7. Condicionamento e Aumento Gradual da Tolerância à Rejeição.....	94
VII.5.8. A Importância da Intervenção Precoce para Prevenir a Violência	94
VII.5.9. O Papel da Rede de Apoio e da Estratégia de Autoproteção para a Vítima .	94

VIII. Influência na Formulação de Políticas e Legislações de Proteção	97
VIII.1. Histórico da Legislação sobre Stalking e sua Evolução no Direito Internacional	98
VIII.2. Aspectos Psicológicos e Criminológicos como Base para a Criação de Políticas Públicas	99
VIII.3. Medidas Protetivas e Ordens de Restrição:	
Efetividade e Aplicação Prática	100
VIII.3.1. Natureza e Função das Ordens de Restrição	101
VIII.3.2. Eficácia das Ordens de Restrição como Medida Preventiva	101
VIII.3.3. Limitações e Desafios na Aplicação das Ordens de Restrição	101
VIII.3.4. Procedimentos de Obtenção das Medidas Protetivas	102
VIII.3.5. Impacto das Ordens de Restrição na Qualidade de Vida da Vítima	102
VIII.3.6. A Importância da Integração das Medidas Protetivas com Outras Políticas Públicas	103
VIII.3.7. Monitoramento e Supervisão Judicial	103
VIII.3.8. Medidas de Segurança Digital e Cyber Proteção	104
VIII.3.9. Desafios e Necessidades para Implementação das Medidas Preventivas ..	106
VIII.3.9.1. Limitações de Infraestrutura e Recursos Financeiros	106
VIII.3.9.2. Capacitação e Sensibilização das Autoridades	107
VIII.3.9.3. Proteção de Privacidade e Direitos Humanos	107
VIII.3.9.4. Coordenação Interdisciplinar entre Justiça, Psicologia, Segurança e Assistência Social	107
VIII.3.9.5. Disponibilidade de Programas de Reabilitação e Acompanhamento para Agressores	108
VIII.3.9.6. Educação Pública e Conscientização Social sobre o Stalking	108
VIII.3.10. Exemplos de Adaptações no Sistema Jurídico Internacional	109
VIII.3.10.1. Estados Unidos: Pioneirismo e Medidas de Proteção Robustas ...	109
VIII.3.10.2. Europa e a Convenção de Istambul: Um Compromisso Contemporâneo com a Proteção	110
VIII.3.10.3. Japão e a Stalker Control Law: Avanços em Proteção Digital	110
VIII.3.10.4. Austrália: Supervisão Judicial e Monitoramento Eletrônico	111
VIII.3.10.5. Canadá: Foco na Proteção de Privacidade e Colaboração com Empresas de Tecnologia	111
VIII.3.11. Relevância da Adaptação Preventiva para o Sistema Jurídico	112
VIII.4. Integração de Políticas de Prevenção e Intervenção em Âmbito Nacional e Local	112
VIII.4.1. Diretrizes Nacionais e Adaptação Local	113
VIII.4.2. Coordenação entre Órgãos Governamentais e Organizações da Sociedade Civil	113
VIII.4.3. Programas de Capacitação e Sensibilização em Nível Nacional e Local	114
VIII.4.4. Integração de Sistemas de Informação e Comunicação	114
VIII.4.5. Responsabilidade Compartilhada e Recursos Descentralizados	115
VIII.4.6. Monitoramento e Avaliação das Políticas Integradas	115

VIII.5. Influência das Organizações de Direitos Humanos na Formulação de Legislações de Proteção	115
VIII.5.1. Documentação e Divulgação de Casos como Ferramentas de Conscientização	116
VIII.5.2. Mobilização e Pressão Política para a Criação de Legislações Específicas.....	117
VIII.5.3. Desenvolvimento de Protocolos e Normas Internacionais	117

IX. Advocacy e Formação de Redes de Apoio para Vítimas..... 119

IX.1. Advocacy para Fortalecer os Direitos das Vítimas.....	119
IX.2. Criação e Expansão de Redes de Apoio Comunitário.....	120
IX.2.1. Orientação Jurídica e Apoio Psicológico Personalizado	120
IX.2.2. Empoderamento das Vítimas e Fomento à Autonomia	120
IX.2.3. Campanhas de Conscientização para Reforçar as Redes de Apoio	121
IX.2.4. Colaboração na Criação de Políticas Públicas e na Capacitação de Profissionais.....	121
IX.2.5. Consultoria e Assistência Técnica na Formulação de Políticas Públicas.....	122
IX.2.6. Inclusão de Padrões Internacionais nas Políticas Nacionais.....	122
IX.2.7. Desenvolvimento de Regras de Prevenção e Educação Comunitária	123
IX.2.8. Monitoramento e Avaliação das Políticas de Proteção	123

X. Mobilização e Pressão Política para a Criação de Legislações Específicas..... 125

X.1. Campanhas de Sensibilização e Conscientização Pública	125
X.2. Lobbying e Advocacia junto aos Legisladores	125
X.3. Participação em Comitês e Grupos de Trabalho Legislativos	126
X.4. Colaboração com Outras Organizações e Instituições.....	126
X.5. Monitoramento da Implementação e Ajuste das Políticas	127
X.6. A Importância das Políticas de Proteção no Contexto do Cyberstalking.....	127
X.7. A Conformidade com Normas Internacionais e os Direitos Humanos.....	128

XI. O Papel das Ciências Psicossociais na Construção

da Resposta ao Stalking..... 129

XI.1. Psicologia: Impacto Emocional e Perfis de Perseguidores	129
XI.2. Criminologia: Análise do Comportamento Criminal e Padrões de Escalada	130
XI.3. Sociologia: Contexto Social, Gênero e Cultura do Controle	131
XI.4. Psicologia Social: Dinâmicas de Controle e Impacto na Vítima	131
XI.5. Colaboração Interdisciplinar para uma Resposta Abrangente.....	132

XII. O impacto do Stalking na produtividade e na vida profissional das vítimas.....	133
XII.1. Efeitos Psicológicos do Stalking e a Interferência na Produtividade.....	133
XII.2. Absenteísmo e Rotatividade de Emprego Causados pelo Stalking.....	134
XII.3. Deterioração das Relações Interpessoais no Ambiente de Trabalho	134
XII.4. Perda de Produtividade e a Necessidade de Adaptações Organizacionais	135
XII.5. Efeitos na Saúde Física e Consequências para o Desempenho Profissional.....	135
XIII. Análise Comparativa da Tipificação do Stalking no Direito Penal e no Direito Civil	137
XIII.1. Direito Penal: Responsabilização e Repressão ao Stalking	137
XIII.2. Direito Civil: Reparação de Danos e Proteção da Esfera Privada	138
XIII.3. Comparação entre o Direito Penal e o Direito Civil na Proteção das Vítimas de Stalking.....	141
XIII.4. A Complementaridade entre o Direito Penal e o Direito Civil na Resposta ao Stalking	141
XIII.5. Desafios na Aplicação da Responsabilidade Penal e Civil no Stalking.....	142
XIV. Introdução do stalking no contexto jurídico	143
XIV.1. A Relevância do Stalking como Questão Jurídica	143
XIV.2. Conceito de Stalking.....	144
XIV.3. Tipificação no Código Penal Brasileiro	148
XIV.3.1. A Importância da Tipificação do Stalking no Direito Penal Brasileiro	152
a. Proteção à Liberdade e à Privacidade: Um Avanço Jurídico	153
b. Relevância Psicológica: Compreensão do Impacto do Stalking na Vítima.....	153
c. Perspectiva Sociológica: Combate à Violência de Gênero e Promoção da Igualdade.....	157
a. Indicadores de Prevenção	162
b. Indicadores de Proteção às Vítimas.....	162
c. Indicadores de Responsabilização dos Agressores.....	162
d. Indicadores de Impacto Social	162
e. Indicadores de Sustentabilidade das Políticas Públicas.....	162
f. Indicadores Relacionados à Saúde Mental.....	163
g. Indicadores de Participação e Inclusão	163
XIV.5. Impacto na Prática Jurídica e o Papel dos Profissionais do Direito	165
XIV.6. Peculiaridades da Tipificação	166
a. Unidade de Propósito Criminoso	168
b. Intervalo Temporal entre os Atos.....	168
c. Semelhança no <i>Modus Operandi</i>	168

XV. Impacto cumulativo no stalking	171
XV.1. Conceito de Impacto Cumulativo.....	171
XV.2. Dimensões do Impacto Cumulativo.....	171
XV.2.1. Impacto Psicológico.....	171
XV.2.2. A Progressão do Sofrimento Psicológico.....	172
a. Fase Inicial: Dúvida e Confusão.....	172
b. Fase de Reconhecimento: Medo e Vulnerabilidade.....	172
c. Fase de Intensificação: Estresse e Isolamento.....	173
d. Fase Crítica: Colapso Psicológico.....	173
XV.2.3. Fatores que Aceleram a Progressão.....	174
a. Efeitos Secundários e Amplificação.....	174
a.Desafios na Recuperação e Intervenção.....	175
XV.2.4. Impacto Social.....	176
a. Efeitos Imediatos nas Relações Sociais.....	177
b.Isolamento Social Prolongado.....	177
c.Impacto em Relações Familiares e Profissionais.....	177
d. A Intensificação do Estigma Social.....	179
e. Possibilidades de Recuperação Social.....	180
XVI. A Percepção Social do Stalking e sua Influência no Impacto Cumulativo ...	183
a. A Deslegitimação das Experiências da Vítima.....	183
b. A Subestimação Institucional.....	184
c. A Conexão Entre Percepção Social e Impacto Cumulativo.....	185
d. A Importância da Sensibilização Social.....	185
XVII. Impacto Econômico	187
a. Custos Diretos do Stalking.....	187
b. Custos Indiretos e Impactos Prolongados.....	188
c. A Amplificação do Impacto Econômico.....	189
d. A Relação entre o Impacto Econômico e Outras Dimensões.....	190
e. Estatísticas e Estudos Relevantes.....	191
XVIII. Relevância do Impacto Cumulativo na Configuração do Crime	193
XVIII.1. Subjetividade do Dano.....	193
XVIII.2. Danos Psicológicos e Subjetividade.....	194
XVIII.3. Subjetividade e Percepção de Ameaça.....	194
XVIII.4. Desafios Jurídicos na Subjetividade do Dano.....	195
XVIII.5. A Subjetividade e o Impacto Cumulativo.....	195
XVIII.5.1. A Relevância da Intenção do Agressor no Impacto Cumulativo.....	195
XVIII.5.2. A Progressão do Comportamento do Stalker.....	197

XIX. A Interação Entre as Dimensões do Impacto Cumulativo 201

XIX.1. Dinâmica de Amplificação Mútua.....	201
XIX.2. Círculo Vicioso de Vulnerabilidade.....	202
XIX.3. A Espiral de Danos	202
XIX.4. O Papel do Impacto Cumulativo na Configuração do Crime.....	203
XIX.5. A Necessidade de Comprovação no Contexto do Stalking e do Impacto Cumulativo	203
XIX.6. Impacto Cumulativo no Processo Penal	204
a. A Relevância do Impacto Cumulativo na Configuração do Crime	204
b. A Investigação Penal e o Impacto Cumulativo	205
c. O Impacto Cumulativo na Denúncia e na Tipificação.....	205
d. A Produção de Provas no Processo Penal	206
e. Os Desafios da Coleta de Provas em Casos de Stalking	206
f. Estratégias de Coleta de Provas	208
g. O Papel das Perícias.....	209

XX. Avaliação do Nexo Causal no Stalking: A Complexidade

do Impacto Cumulativo 211

XX.1. O Conceito de Nexo Causal no Contexto do Stalking	211
XX.1.1. Elementos do Nexo Causal.....	211
a. Causalidade Factual.....	211
XX.2. Integração dos Elementos	212

XXI. Reflexo na Dosimetria da Pena 217

XXI.1. O Impacto Cumulativo e a Dosimetria da Pena no Crime de Stalking.....	217
a. A Dosimetria da Pena no Direito Penal	217
b. A Avaliação do Impacto Cumulativo na Primeira Fase	219
c. A Incidência de Agravantes e Atenuantes na Segunda Fase	224
d. O Impacto do Cumulativo nas Causas de Aumento na Terceira Fase	227
e. A Proporcionalidade da Pena ao Impacto Cumulativo.....	228
XXI.2. Dosimetria da Pena no Stalking: Análise Crítica sob o Prisma da Proporcionalidade e Constitucionalidade	229
a. Furto: Simplicidade Estrutural e Possibilidade de Reparação Integral.....	230
a.1. Estrutura Unifásica e Consumo Instantâneo da Conduta	230
a.2. Natureza Reparável do Dano e a Possibilidade de Ressarcimento Integral ..	230
b. Stalking: Complexidade Estrutural e Irreversibilidade dos Danos	231
b.1. A Dinâmica da Reiteração de Condutas e o Impacto Cumulativo	231
b. 2. A Irreparabilidade do Dano e os Reflexos na Vítima	232

b.3. Implicações na Política Criminal e na Aplicação da Pena	232
c. A Desproporção na Escalada Punitiva: Uma Análise Crítica	
do Crime de Stalking e do Descumprimento da Medida Protetiva	234
i. risco de desestímulo à denúncia.....	235
ii. impacto na aplicação de medidas cautelares e na progressão de regime.....	235
iii. afastamento do princípio da intervenção mínima.....	236
XXI.3. O Impacto Cumulativo no Julgamento	244
XXII. Objeto jurídico do delito de stalking.....	245
XXII.1. A Multidimensionalidade do Objeto Jurídico no Stalking.....	245
a. A Liberdade Individual.....	245
b. A Tranquilidade Psicológica	245
c. A Privacidade	246
d. A Dignidade e a Autonomia.....	246
XXII.2. A Proteção Interseccional dos Bens Jurídicos.....	246
XXII.3. A Centralidade do Impacto Cumulativo no Objeto Jurídico	246
XXIII. Sujeitos do Delito (ativo e passivo).....	249
XXIV. Relação Entre o Sujeito Ativo e o	
Sujeito Passivo no Crime de Stalking	253
a. Relações Preexistentes.....	253
b. Relações Inexistentes	254
XXIV.1. Implicações Jurídicas e Criminológicas	254
XXIV.2. Reflexões Sobre os Sujeitos do Delito no Processo Penal:	
Um Enfoque no Crime de Stalking	255
a. Compreender a Motivação do Agressor	255
b. Avaliar a Gravidade do Crime	256
c. Propor Medidas de Proteção Específicas para a Vítima.....	256
XXV. Sujeitos do Crime de Stalking: Complexidade e Diversidade.....	257
a. O Sujeito Ativo (Agressor)	257
b. O Sujeito Passivo (Vítima).....	257
XXVI. Elementos Jurídicos do Stalking.....	259
a. Conduta Reiterada.....	259
b. ameaçando a integridade física ou psicológica.....	259
c. restringindo a capacidade de locomoção.....	260
d. invadindo ou perturbando a esfera de liberdade ou privacidade.....	260

e. Requisitos para definir o <i>stalking</i>	260
f. Meio Utilizado	262
g. Resultado da Conduta	263
XXVII. Diferença entre Stalking e Outras Condutas Penais	265
a. Stalking <i>versus</i> Ameaça (Artigo 147 do Código Penal).....	265
b. Stalking <i>versus</i> Constrangimento Ilegal (Artigo 146 do Código Penal)	265
c. Stalking <i>versus</i> Invasão de Dispositivo Informático (Lei nº 12.737/2012 - “Lei Carolina Dieckmann”)	265
XXVIII. Aspectos Jurídicos e Técnicos da Tipificação	26
7	
a. Influência de Normas Internacionais	267
b. “Direito Penal Simbólico”	267
b.1. Características do Direito Penal Simbólico	267
b.2. Direito Penal Simbólico e a Efetividade no Combate ao Crime	268
b.3. Consequências Negativas do Direito Penal Simbólico	269
b.4. Reflexões Críticas e o Papel do Direito Penal Simbólico	269
b.5. Aspectos Constitucionais e o Princípio da Efetividade no Direito Penal Simbólico	269
1. Princípio da Proporcionalidade.....	270
2. Princípio da Igualdade e a Seletividade Penal	270
3. Eficácia da Tutela Penal e o Dever Estatal de Proteção	271
XXIX. A Relevância da Definição Jurídica no Enfrentamento ao Stalking	273
XXX. Elementos Objetivos do Tipo Penal.....	275
XXX.1. Ação Nuclear: “Perseguir”	275
XXX.2. Meios Utilizados.....	276
XXX.3. Resultado	276
XXXI. Elementos Subjetivos do Tipo Penal	277
XXXI.1. Dolo (Intenção Criminosa)	277
XXXI.2. Motivação do Agente.....	278
XXXII. Interpretação Judicial dos Elementos do Tipo Penal.....	279
XXXII.1. Avaliação do Impacto Subjetivo na Vítima	279

XXXII.2. Provas da Reiteração.....	280
i. Relatórios e Registros Policiais.....	280
ii. Provas Digitais e Tecnológicas.....	281
iii. Testemunhos.....	281
i. Registro Temporal.....	281
ii. Contexto de Descumprimento de Ordens.....	281
iii. Padrão de Conduta.....	282
XXXII.3. Desafios na Produção de Provas.....	282
i. Dificuldade de Registro Imediato.....	282
ii. Natureza Subjetiva do Medo.....	282
iii. Coleta de Provas Digitais.....	282
XXXII.4. Importância da Reiteração na Configuração Jurídica.....	282
i. Diferenciar o <i>stalking</i> de outras infrações penais.....	282
ii. Fundamentar a Gravidade da Conduta.....	282
XXXII.5. Definição do Momento da Configuração do Crime.....	283
XXXII.6. Consumação e Tentativa do Delito de Perseguição.....	283
XXXII.7. Dificuldade na Identificação e Coleta de Provas.....	284
XXXII.8. Peculiaridades e Desafios na Aplicação da Lei.....	284
XXXII.9. Coleta de Provas e Preservação de Evidências Digitais.....	284
XXXII.10. Diferenças Regionais na Interpretação e Aplicação da Lei.....	285
XXXII.11. Sensibilização e Capacitação dos Profissionais do Direito.....	285
XXXII.12. Integração com a Rede de Proteção e Acolhimento às Vítimas.....	286
XXXIII. Efetividade da punição no crime de stalking.....	287
XXXIII.1. A Função da Pena no Crime de Stalking.....	287
XXXIII.2. Sanções Penais Aplicáveis ao Stalking: Pena Restritiva de Direito versus Pena Privativa de Liberdade.....	287
a. Majorantes de pena (§ 1º).....	289
a. criança, adolescente ou idoso;.....	289
b. mulher por razões da condição de sexo feminino, nos termos do par. 2º-A do art. 121;.....	290
c. mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas ou com o emprego de arma;....	290
a. Concurso de crimes (§ 2º).....	290
XXXIV. Pena Privativa de Liberdade: Características e Aplicação.....	291
a. Características da Pena Privativa de Liberdade.....	291
a.1. Contextos de Aplicação da Pena de Reclusão.....	291
i. Reincidência.....	291
ii. Grave Impacto Psicológico ou Risco Físico à Vítima.....	291
iii. Uso de Violência ou Ameaça Explícita.....	292
a.2. Funções da Pena de Reclusão no Stalking.....	292

i. Função Retributiva.....	292
ii. Função Preventiva	293
iii. Função Protetiva	293
a.3. Consequências da Aplicação da Pena de Reclusão.....	294
i. Para o Agressor.....	294
ii. Para a Vítima	294

XXXV. Penas Restritivas de Direitos: Alternativa e Aplicabilidade.....295

XXXV.1. Modalidades de Penas Restritivas de Direitos e sua Aplicabilidade no Crime de Stalking	296
a. Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas	296
b. Prestação Pecuniária	297
c. Limitação de Fim de Semana	297
d. Proibição de Frequência a Determinados Locais ou Contato com a Vítima.....	297
e. Interdição Temporária de Direitos.....	298
XXXV.2. Benefícios e Limitações das Penas Restritivas de Direitos.....	299
XXXV.3. Objetivo da Pena Restritiva de Direitos	299
i. Evitar a Estigmatização.....	299
ii. Responsabilização.....	300
iii. Conscientização	300
XXXV.4. Comparação: Pena Restritiva de Direitos versus Pena Privativa de Liberdade.....	300
XXXV.5. Desafios na Aplicação das Penas	301
XXXV.5.1. A Escolha da Pena Apropriada.....	301
i. Grau de Periculosidade do Agressor	301
ii. Impacto sobre a Vítima	301
iii. Possibilidade de Reincidência.....	302
XXXV.5.2. Fiscalização das Penas Restritivas	302
a. Recursos Tecnológicos: Tornozeleiras Eletrônicas	302
b. Estrutura Administrativa para Acompanhamento de Serviços à Comunidade....	303
c. Desafios na Fiscalização das Penas Restritivas.....	303

XXXVI. Limitações do Sistema Prisional305

a. Superlotação Prisional	305
b. Falta de Programas de Reabilitação	305
c. A Eficiência (ou não) das Penas Privativas de Liberdade	306

XXXVII. Ação Penal ou Legitimidade Ativa para a Persecução Penal309

XXXVIII. Propostas para Melhorar a Responsabilização Penal.....311

a. Abordagem Individualizada.....	311
b. Ampliação das Penas Restritivas.....	312
c. Investimento em Tecnologia.....	312
XXXIX. Indenização Civil: Critérios para Reparação de Danos Morais e Materiais.....	315
XXXIX.1. Base Legal da Indenização Civil em Casos de <i>Stalking</i>	315
a. Responsabilidade Civil	315
b. Danos Reparáveis	316
c. Conexão com o Direito Penal	316
a. Gravidade da Conduta	317
b. Impacto na Vítima	317
c. Capacidade Econômica do Agressor	318
d. Função Punitiva e Pedagógica	319
XXXIX.3. Critérios para Reparação de Danos Materiais	319
a. Comprovação do Prejuízo	319
b. Proporcionalidade.....	320
c. Valoração das Perdas Futuras.....	321
XXXIX.4. Desafios na Aplicação Prática da Indenização	321
a. Comprovação dos Danos	322
b. Subjetividade na Fixação dos Valores	322
c. Dificuldade de Execução	323
d. Conflitos entre a Esfera Penal e Civil.....	323
d.1. Dependência do Julgamento Penal para Fundamentar a Ação Civil.....	323
d.2. Possibilidade de Ação Civil Independente	324
d.3. A Inexistência de Sentença Penal Pode Prejudicar a Reparação.....	324
d.4. Conflitos de Interpretação e Sentenças Divergentes.....	324
d.5. Jurisprudências selecionadas.....	325
XL. Relevância da Punição para a Proteção da Vítima.....	329
XL.1. Pontos Técnicos que Influenciam a Efetividade da Punição.....	329
XL.2. Desafios na Aplicação da Punição e o Papel das Penas Alternativas.....	330
XL.3. Medidas Protetivas e sua Eficácia na Interrupção do Stalking	330
XL.4. Punição e Medidas de Reabilitação para Perseguidores	331
XLI. A Reabilitação do Agressor como Estratégia de Prevenção	333
a. O Papel da Reabilitação na Prevenção	333
b. Tipos de Intervenções na Reabilitação.....	333
b.1. Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC).....	334
b.2. Programas Psicoeducacionais	334

b.3. Acompanhamento Psiquiátrico	334
b.4. Mediação Restaurativa	335
XXI.1. Desafios na Implementação da Reabilitação	335
a. Resistência do Agressor	336
b. Recursos Limitados	336
c. Identificação de Casos Elegíveis	336
d. Integração com o Sistema Penal	336
e. Análise Comparativa e Relevância para o Contexto Brasileiro	337
XLII. Stalking: Violência Psicológica ou Crime Contra a Liberdade Individual?	339
a. A Liberdade Individual como Bem Jurídico Principal	339
b. Violência Psicológica como Efeito Subjacente	340
XLII.1. Compatibilização entre as Naturezas do Crime	340
a. A Liberdade Individual como Enfoque Jurídico	341
b. A Violência Psicológica como Dimensão Complementar	341
XLII.2. Proposta de Harmonização Jurídica para o Crime de Stalking	342
a. Interpretação Teleológica do Artigo 147-A do Código Penal	342
b. Inclusão de Referências Explícitas à Violência Psicológica	342
c. Aplicação Transversal de Legislações Protetivas	343
XLIII. A Inserção do Stalking na Evolução do Direito Penal Moderno	345
XLIII.1. Stalking no Direito Penal Contemporâneo	345
a. A Expansão do Direito Penal para a Proteção da Liberdade e Integridade Psicológica	345
b. O Reconhecimento da Periculosidade Progressiva no Stalking	346
c. A Proteção da Vítima no Direito Penal Contemporâneo	346
d. O Stalking no Contexto da Globalização e Tecnologia	348
e. Inclusão de Crimes Virtuais no Rol de Condutas Típicas	349
f. Métodos de Investigação Adaptados à Coleta de Provas Digitais	349
g. Responsabilização de Provedores de Internet	350
h. O Stalking como Reflexo das Demandas Sociais Modernas	351
i. A Sensibilização da Opinião Pública e a Pressão para Mudanças Legislativas	351
XLIII.2. A Ampliação do Conceito de Segurança no Direito Penal	352
a. A Segurança Psicológica como Bem Jurídico Tutelado	352
b. O Papel do Brasil na Evolução do Direito Penal Moderno	353
c. A Necessidade de Respostas Jurídicas Específicas	353
d. A Dimensão Preventiva e Protetiva do Sistema Jurídico no Combate ao Stalking	353
XLIII.3. O Impacto do Stalking na Sociedade e no Sistema de Justiça	353
a. Sobrecarga do Sistema Judicial	353
b. Impactos Econômicos	354

c. Sensibilização Pública	355
d. Estratégias Preventivas e Protetivas	355
e. Medidas Protetivas e sua Relação com a Lei Maria da Penha	355
f. Reflexões sobre a Aplicabilidade da Lei	356
g. Perspectivas e Desafios para o Futuro	356

XLIV. O Cyberstalking como Extensão do Tipo Penal:

Desafios e Adequações Legislativas.....	357
a. Definição e Particularidades do Cyberstalking	357
a.1. Redes Sociais.....	357
a.2. E-mails e Mensagens Instantâneas	358
a.3. Dispositivos de Rastreamento e Vigilância	358
b. Impactos nas Vítimas de Cyberstalking	360
b.1. Danificação Psicológica Profunda	360
b.2. Impacto na Vida Profissional e Econômica	361
b.3. Mudança de Rotina e Comportamento	361
b.4. Sentimento de Violação Constante	361
c. O Cyberstalking no Ordenamento Jurídico Brasileiro.....	362
c.1. Pontos Fortes da Legislação Brasileira	362
c.2. Abrangência do Tipo Penal.....	362
c.3. Medidas Protetivas.....	362
i. Registro de Ocorrência.....	367
ii. Solicitação das Medidas Protetivas	368
iii. Análise e Decisão Judicial	368
iv. Comunicação sobre as Medidas Protetivas	368
c.4. Desafios e Limitações	369
c.5. Integração com a LGPD	371